

Fernando Luís Machado

Organizador do Número Temático Imigração e Envelhecimento Ativo

Introdução: migrantes idosos e envelhecimento ativo

Migrantes idosos: génese e diversidade de uma nova categoria

A formação de uma categoria de migrantes que envelhecem nas sociedades de destino e aí permanecem após a reforma é um fenómeno novo nos países europeus ocidentais, mas não é uma surpresa.

É sabido que muitos dos que migram enquanto jovens adultos acabam por se fixar definitivamente nos países de destino, mesmo quando não era essa a sua intenção expressa no momento em que migraram e quando também não era essa a expectativa das autoridades e das populações das sociedades receptoras.

A sedentarização de milhões de migrantes é um facto bem conhecido nos países cuja história é indissociável das migrações internacionais, como os EUA, o Canadá ou a Austrália, e também é evidente nos países ocidentais que depois da Segunda Guerra Mundial se tornaram receptores de fluxos migratórios intensos.

O envelhecimento dos migrantes é uma consequência direta desse processo de sedentarização. As populações de migrantes laborais envelhecem ao longo de um ciclo que se inicia com a chegada ao país receptor de adultos jovens que se inserem de imediato no mercado de trabalho, passa pelo reagrupamento familiar e pela formação de uma geração de descendentes, que nascem e/ou crescem nesse país, e culmina com a entrada dos imigrantes na velhice, depois de terminada a vida ativa profissional, quando os seus filhos já são adultos e têm os seus próprios descendentes.

Ao mesmo tempo, o envelhecimento dos migrantes é uma causa de sedentarização. À medida que a idade avança, aumentam as razões para ficar, sejam elas de natureza familiar, de qualidade de vida ou de enfraquecimento de laços com os países de origem. Passadas três ou quatro décadas após a chegada, há laços e referências do país de origem que se perderam e há um mundo familiar que se construiu no país de acolhimento, formado pelo espaço do bairro e da casa, pelas pessoas e pelos hábitos quotidianos, e perder esse mundo quando se é idoso significaria custos psicológicos e afetivos. Por outro lado, a presença dos descendentes no país de destino, filhos e netos, contribui para fixar os mais velhos, não só pelos afetos – poderem estar próximos dos mais próximos –, mas também porque contam com essa rede familiar para apoio na velhice. Por outro lado ainda, as vantagens comparativas que os países de destino podem oferecer em termos de bem-estar, no que se refere ao acesso a cuidados de saúde e a outros recursos importantes a nível pessoal, constituem um fator adicional para não regressar. Por todas estas razões, os projetos de muitos imigrantes vão-se deslocando ao longo dos anos da ideia de regresso para a decisão de permanência.

É claro que nem todos os migrantes se fixam nos países de destino. Uma parte regressa à origem. Mas não se sabe quantos o fazem e essa não é, de resto, uma contabilização fácil de fazer. Já a evidência empírica sobre os que ficam é sólida. Nos países europeus ocidentais que receberam migrações laborais massivas nas décadas de 60 e 70 do século XX há hoje contingentes consideráveis de imigrantes idosos, que provavelmente não regressarão à origem e se somam às populações envelhecidas desses países. Para dar só um exemplo, o número de estrangeiros com 60 ou mais anos na Alemanha passou de menos de 100 mil, em 1970, para mais de 700 mil em 2002. As projeções feitas para este e outros países mostram que o número de imigrantes idosos continuará a aumentar (White, 2006).

O que já é visível há um pouco mais de tempo em França, na Alemanha, no Reino Unido ou na Suíça, começa agora a emergir em Portugal. Dos países da Europa do Sul, que só mais tarde se tornaram recetores de migrantes, Portugal é o primeiro a assistir à formação de uma categoria de migrantes que envelheceram no país. Isso deve-se a que ainda nos anos 60, no tempo colonial, e logo a seguir à descolonização, em 1974 e 1975, o país recebeu uns largos milhares de africanos, entre migrantes laborais e refugiados, que hoje estão acima dos 65 anos de idade. Se nos países do centro e norte da Europa a primeira literatura sociológica sobre migrantes idosos aparece com o início do novo milénio (Témime, 2001; Aggoun, 2002; Jovelin, 2003; Bolzman e outros, 2006; Warnes e Williams, 2006; White, 2006), em Portugal é já na presente década que são publicados os dois primeiros estudos sobre o tema (Machado e Roldão, 2010; Marques e Ciobanu, 2012). Antes disso, alguns trabalhos no âmbito da demografia, sem analisarem os migrantes idosos como categoria social, tinham abordado o tema do seu envelhecimento (Peixoto e outros, 2002; Rosa e outros, 2004).

Mais tarde ou mais cedo, de acordo com os respetivos calendários migratórios, os países de acolhimento confrontam-se, portanto, com esta nova figura dos migrantes idosos. É uma figura que pode ser difícil de apreender e assimilar, se a perceção que as autoridades e as populações recetoras tiverem dos migrantes for a de que eles são basicamente braços para trabalhar ou se, percebendo que eles envelhecem e se reformam, for a de que, após a reforma, eles tenderão a regressar aos países de origem. Mas a existência de migrantes idosos é um facto objetivo e eles estão para ficar, devendo até questionar-se em que medida é adequado continuar a designar como migrante alguém que vive num país há 30 ou 40 anos, que fez aí toda a sua vida profissional, que tem filhos e netos nascidos nesse país e pode inclusivamente ter adquirido a respetiva nacionalidade. Deste ponto de vista, a própria categoria de migrante idoso pode ser sociologicamente questionada.

Os que envelhecem no destino não constituem o único grupo de migrantes idosos nos países recetores de imigração. Outro grupo importante é o dos que migram já velhos, depois de uma vida ativa profissional cumprida nos países de origem. É o caso, nomeadamente, da migração de reformados, que tem expressão significativa dos países do norte para os países do sul da Europa ocidental, Portugal incluído.

As circunstâncias e as motivações desta migração são totalmente diferentes das que envolvem os migrantes laborais. Estes migrantes procuram sobretudo as amenidades climáticas, custos de vida mais baixos onde as suas reformas rendam mais e o conforto de zonas de acolhimento, litorais ou interiores, equipadas para os receber, tal como recebem muitos turistas oriundos dos mesmos países. Aliás, os dois fluxos confundem-se parcialmente, com uma parte do turismo a ser alimentado pela presença destes reformados.

Uma parte dos migrantes reformados, tal como alguns migrantes laborais, pode, durante vários anos, circular entre origem e destino, pondo em prática o que alguns chamam “estilos de vida transnacionais” (Warnes e Williams, 2006). Mas essa mobilidade vai-se reduzindo com o tempo, com a entrada na quarta idade, e muitos acabam por ficar definitivamente no país onde decidiram viver a velhice.

Se as circunstâncias e motivações dos migrantes reformados são diferentes, as implicações da sua presença para a sociedade de acolhimento são as mesmas dos imigrantes laborais que envelheceram no seu “posto”. Em conjunto, eles constituem uma nova categoria de idosos com que é preciso contar, com necessidades próprias no plano dos equipamentos e dos cuidados médicos e sociais. A maioria dessas necessidades é comum às dos idosos em geral. Mas outras podem ser necessidades específicas, ditadas por diferenças culturais de vária ordem ou, no caso dos reformados recém-chegados, devidas à menor familiaridade com as instituições e os contextos sociais de acolhimento. Os imigrantes reformados diferem dos laborais, sim, nas implicações para o sistema de segurança social dos países recetores, já que as reformas que recebem vêm dos países de origem e não do país de acolhimento.

Os que envelhecem nos países de acolhimento e os que migram depois de reformados constituem os dois tipos principais de migrantes idosos nas sociedades recetoras. Mas não são os únicos. O primeiro estudo sobre o tema em Portugal detetou uma terceira situação, distinta das anteriores, que é a das pessoas idosas, principalmente mulheres, que migram para se juntarem a filhos e netos nos países de destino (Machado e Roldão, 2010). A razão é dupla. Por um lado, são pessoas que precisam do apoio da família na velhice; por outro lado, ainda estão em condições de darem elas próprias apoio à família na gestão doméstica quotidiana e no cuidado com as crianças.

Tal como os idosos em geral, os migrantes idosos têm condições sociais diversas. Uma primeira linha de divisão socioeconómica entre eles é justamente a que separa os migrantes reformados dos migrantes laborais que envelhecem no destino.

Os primeiros vêm habitualmente de países mais ricos e dispõem de pensões de reforma que lhes permitem condições de vida desafogadas ou até bastante acima da média dos autóctones. Esse nível de vida confortável tem, diga-se de passagem, efeitos consideráveis nas economias das zonas de concentração desses imigrantes, nomeadamente em muitas localidades costeiras do sul da Europa. A condição social dos migrantes laborais idosos é, regra geral, menos favorecida, se considerarmos os perfis profissionais dominantes entre eles, que são os do trabalho assalariado indus-

trial, construção civil, serviços pessoais e domésticos ou o trabalho independente no pequeno comércio, no caso das minorias intermediárias.

Mas o estatuto socioeconómico dos imigrantes laborais idosos é ele próprio desigual. Em teoria, ele será melhor para os membros dos grupos ligados ao pequeno comércio. Embora se trate de atividades empresariais de pequena dimensão, geradoras de rendimentos pouco volumosos, elas deixam-nos a salvo das vulnerabilidades do assalariamento pouco qualificado, seja ele operário ou nos serviços de rotina, e garantirão rendimentos um pouco maiores. Do lado dos ex-assalariados haverá dois grandes subconjuntos, cujos contornos e dimensão relativa ainda é difícil determinar dada a escassa pesquisa empírica realizada a nível europeu sobre o assunto, até ao momento.

O primeiro é constituído pelos que auferem pensões de reforma que garantem um nível de vida aceitável à luz dos padrões da sociedade em que se inserem, apesar da perda de rendimentos que a passagem à reforma geralmente implica. O segundo subconjunto é o daqueles que atingem a fase da reforma dispondo de rendimentos muito limitados, que os deixam abaixo da linha de pobreza. Para estes a perda de rendimentos que acompanha a reforma é dramática.

A explicação para estes dois estatutos socioeconómicos reside no tipo de trajetórias profissionais que os migrantes laborais idosos percorreram. O trabalho foi sempre nos segmentos formais da economia ou também nos informais e sobretudo nestes? Houve períodos de desemprego longo? Fizeram descontos regulares ou irregulares para a segurança social? Tudo isso se refletirá nos rendimentos disponíveis na fase da reforma e, logo, na condição social que terão na velhice. Os do primeiro subconjunto devem a sua vantagem comparativa a trajetórias profissionais e carreiras contributivas estáveis. Os outros tiveram trajetórias acidentadas, alternando entre empregos precários e desemprego.

Em combinação com a estabilidade do emprego e a regularidade das contribuições para a segurança social, ou a falta dela, deve considerar-se o regime de mobilidade social dos migrantes. No melhor cenário, quando houve mobilidade ascendente intrageracional, os migrantes idosos melhoraram a sua condição social, como era seu desejo à chegada, e fazem parte do subconjunto de ex-assalariados com um nível de vida razoável, podendo até superar esse patamar e integrar-se nas classes médias, se a promoção social tiver sido substancial. Numa situação intermédia estão os que, mesmo sem mobilidade ascendente, se mantiveram nos setores estáveis do emprego e descontaram regularmente para a reforma. Pior estão os que podemos chamar estacionários instáveis, que nem conseguiram subir na hierarquia socioprofissional nem tiveram estabilidade de emprego que permitisse uma reforma mais digna, no que aos rendimentos diz respeito.

Sabendo-se que muitos migrantes laborais nos países europeus trabalham em setores desregulados da economia, que permanecem desregulados porque é difícil regulá-los e porque a vontade política para o fazer é insuficiente, são de esperar muitas situações futuras de precariedade socioeconómica na fase da reforma. Se

hoje já é seguro afirmar que muitos migrantes reformados fazem parte do setor materialmente desprivilegiado e socialmente excluído dos idosos europeus (Warnes e Williams, 2006), no futuro esse estatuto manter-se-á e abrangerá mais gente. O problema da pobreza é, portanto, um parâmetro incontornável quando se fala de migrantes laborais idosos.

Além do estatuto socioeconómico, outro aspeto fundamental da vida dos idosos em geral é o das sociabilidades e dos laços sociais. A velhice pode ser acompanhada de algum esboroamento dessas relações, deixando os idosos socialmente isolados e sós. Não é uma fatalidade, depende de vários fatores, incluindo a condição socioeconómica, mas é um quadro de envelhecimento conhecido. Como se coloca esta questão para os migrantes idosos? Que apoio têm das suas famílias? De que sociabilidades amicais e vicinais dispõem? Os laços comunitários com coétnicos, tão sublinhados pela literatura sobre populações migrantes, terão aqui um papel importante, que os distinga dos idosos como um todo?

Do lado familiar, as coisas serão muito semelhantes às que se passam com os idosos em geral. Há quadros de isolamento ou mesmo de abandono e quadros de solidariedade intergeracional. Dois aspetos podem distinguir, no entanto, os migrantes idosos, neste aspeto. Um é-lhes benéfico, outro prejudicial. O primeiro tem a ver com a dimensão das famílias. Sabe-se que a dimensão média dos agregados de migrantes laborais é, em geral, maior do que a dos agregados autóctones, o que significa que haverá, em princípio, mais mãos disponíveis para ajudar os mais velhos quando eles perdem autonomia. O segundo aspeto prende-se com a maior dispersão geográfica que as famílias migrantes podem ter, fruto da sua própria história migratória. Pensamos naquelas famílias em que os filhos estão noutros países e por isso não podem valer aos pais quando eles precisam de apoio.

Quanto às sociabilidades com amigos e vizinhos, muito do que se passa será também igual ao que acontece com os idosos não migrantes e que vai das situações de convivialidade intensa às de isolamento. A morte de amigos, experiência de perda por que todos os idosos passam, tanto mais quanto mais vivem, contribui para o seu isolamento e isso não é diferente para os migrantes. Comparativamente melhor do que os idosos autóctones estarão os migrantes idosos que vivam em zonas de concentração de coétnicos. Quando essas zonas dispõem de um capital social positivo, o que nem sempre acontece, eles beneficiam do apoio de uma rede social alargada (Portes, 2000).

Em suma, seja pelo lado da condição socioeconómica seja pelo lado das relações de sociabilidade, os migrantes idosos podem envelhecer mais integrados ou mais à margem da sociedade de acolhimento. Diga-se de passagem que a apreensão mais completa da situação social dos migrantes idosos nos países de acolhimento exigiria também a comparação direta com aqueles que regressam aos países de origem. A comparação das condições objetivas de integração e dos níveis de satisfação com a vida dos que ficam e dos que regressam é feita pelos próprios migrantes e essa comparação influencia as decisões de ficar e de partir, mas esse não tem sido um tema de pesquisa neste domínio.

Envelhecimento ativo e migrantes idosos

O estatuto socioeconómico, os tipos de sociabilidade com familiares, amigos e vizinhos e a condição de saúde – aspeto fundamental na velhice – são três dimensões fundamentais para mapear os quadros de envelhecimento dos idosos em geral e dos idosos migrantes em particular e para equacionar a questão do envelhecimento ativo.

Numa formulação sociologicamente certa, Matilda Riley e John Riley falam de um desfasamento estrutural entre uma massa crescente de indivíduos (ainda) capazes, competentes e disponíveis e a falta de papéis ativos que possam desempenhar (citados por Mauritti, 2004). É o reconhecimento desse desfasamento que leva à noção de envelhecimento ativo. Ela surge no domínio da gerontologia e é depois adotada pelas Nações Unidas e pelos estados dos países mais desenvolvidos como princípio orientador de políticas públicas específicas e como mensagem cultural junto das suas populações.

A noção recobre uma pluralidade de aspetos, que vão da participação em atividades domésticas ao cuidado com terceiros, do envolvimento em atividades de voluntariado a lazer mais ativo fora de portas, e inclui também, é claro, o prolongamento da atividade profissional (Avramov e Maskova, 2003). Este aspeto, em particular, já começou a ter uma tradução institucional, com vários países a aumentarem a idade de acesso à reforma e outros a considerarem fazê-lo. Trata-se, em suma, de criar novos papéis sociais que alarguem o campo de possibilidades dos idosos e estimulem novos projetos de vida (Barros, 2006).

No que se refere especificamente ao prolongamento da atividade profissional, deve assinalar-se que se trata de uma dimensão de envelhecimento ativo envolta em ambivalência. Se, por um lado, há a vontade da economia e do estado de que as pessoas se reformem mais tarde, e essa vontade pode invocar, além de argumentos económicos e de financiamento da segurança social, o argumento do envelhecimento ativo, por outro lado, os próprios idosos, mesmo tendo condições de envelhecimento ativo, não estão necessariamente interessados em praticá-lo trabalhando mais anos, mas de outras maneiras. Outra fonte de ambivalência é que, mesmo quando os idosos estão disponíveis e interessados em trabalhar até mais tarde, o mercado de trabalho pode discriminá-los. A discriminação laboral baseada na idade é um facto conhecido e bem ilustrado pela dificuldade que muitos desempregados acima de certa idade têm em voltar a encontrar emprego, mesmo em períodos de crescimento económico e de desemprego baixo. No caso dos migrantes idosos, note-se, a discriminação pode ser dupla, pela idade e pela origem estrangeira ou étnico-racial.

A relação entre idade e envelhecimento ativo não é linear. É certo que um quadro de envelhecimento mais ativo ou mais inativo não é totalmente independente de os idosos serem mais jovens ou mais velhos, estarem na terceira ou na quarta idade. As atividades que se pode fazer aos 65 ou aos 70 anos não são as mesmas, em quantidade e variedade, que podem fazer-se aos 80 anos. Mas a relação não é diretamente proporcional. Há idosos mais novos mais inativos e idosos mais velhos mais ativos.

Mais do que a idade em si mesma, o quadro de envelhecimento depende da condição de saúde. O que impõe a alguns idosos mais jovens um envelhecimento inativo é a doença e o que permite a alguns mais velhos um envelhecimento ativo é a saúde de que gozam.

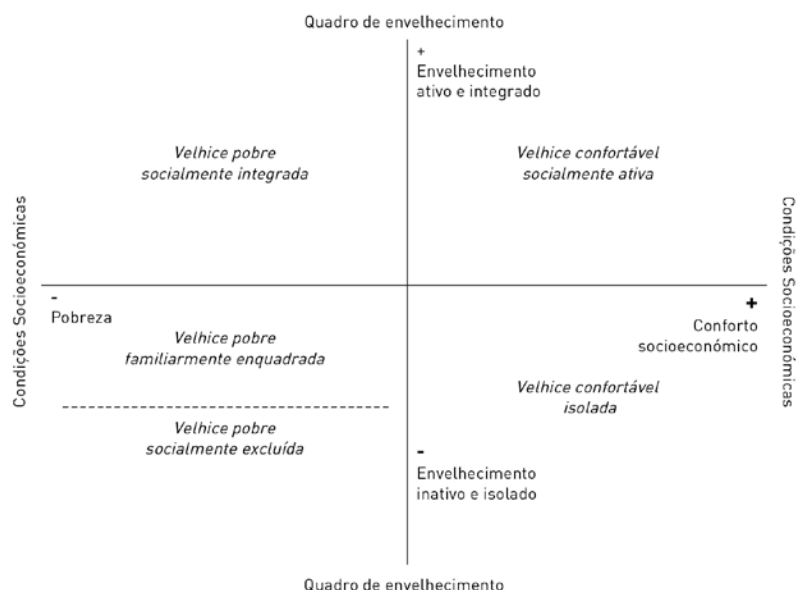
Em sociedades tão diferenciadas como as atuais, os idosos vivem de maneiras diferentes a sua condição. Se há parâmetros comuns de envelhecimento e velhice, há também variações significativas nos meios sociais, nos enquadramentos familiares, nas redes de sociabilidade, nas práticas de tempos livres, nos estados de saúde e, muito importante, nas condições socioeconómicas dos idosos. Em suma, há diferentes quadros sociais de envelhecimento (Casanova e outros, 2001). Não há uma, mas várias velhices e, no que de específico elas possam ter, também não há uma, mas várias velhices migrantes.

Uma tipologia de velhices migrantes

Se considerarmos como eixos estruturantes da condição dos migrantes idosos o estatuto socioeconómico, por um lado, e, por outro lado, o quadro de envelhecimento, podemos construir uma tipologia de velhices migrantes, ilustrada na Figura 1. Esta tipologia foi elaborada por Machado e Roldão (2010) tendo em vista a situação dos migrantes africanos em Portugal, mas é aplicável aos migrantes idosos em geral. Os cinco tipos identificados não se aplicam, de resto, só a migrantes idosos. Em muitos aspetos esta é uma tipologia que capta as situações sociais de todos os idosos. Mas, neste contexto particular, serão sublinhados os pontos que são específicos da condição migrante.

O eixo da condição socioeconómica tem num pólo a velhice pobre e no outro a velhice economicamente confortável. O eixo do quadro de envelhecimento tem num pólo a velhice inativa e socialmente isolada e no outro a velhice ativa e socialmente integrada. O estado de saúde, aspeto fundamental nos idosos, está analiticamente incorporado no eixo relativo ao quadro de envelhecimento, no sentido em que mais saúde contribui para um envelhecimento ativo e socialmente integrado e menos saúde contribui para um envelhecimento inativo e socialmente isolado. Os idosos saudáveis, ou que têm apenas pequenos problemas de saúde facilmente controláveis, têm condições para um envelhecimento ativo e socialmente integrado. Os que têm doenças crónicas incapacitantes e estados de saúde frágeis tendem mais para a inatividade e o isolamento.

Figura 1 – Espaço tipológico da velhice migrante



O cruzamento dos dois eixos dá lugar, em termos lógico-formais, a quatro categorias, uma por quadrante, mas entendemos ser analiticamente relevante distinguir duas categorias específicas num dos quadrantes, do que resulta um total de cinco categorias. Temos, assim, a “velhice confortável socialmente ativa”, a dos migrantes idosos que vivem confortavelmente em termos materiais e são particularmente ativos socialmente, em termos de convivialidade, lazer e ocupação do tempo livre, no plano associativo ou político, ou mesmo no domínio profissional, quando continuam a trabalhar nas mesmas ou em novas ocupações.

A “velhice confortável isolada” é a dos que têm conforto económico, mas, por razões de saúde ou outras, vivem isolados e têm pouca atividade fora do espaço doméstico e familiar.

Muitos reformados do norte da Europa que migram para os países europeus do sul estarão na categoria da “velhice confortável socialmente ativa”. Pode até dizer-se, neste caso, que a migração após a reforma é já, em si mesma, uma decisão de envelhecimento ativo. Porque as suas pensões de reforma, pagas por países mais ricos, são mais altas em média do que aquelas que os países do sul pagam aos seus reformados, podemos dizer também que estes migrantes estarão proporcionalmente mais num quadro de velhice confortável do que os idosos autóctones.

A privação de recursos económicos, por sua vez, pode combinar-se com práticas de envelhecimento ativo como as já referidas ou outras e nesse caso falamos de “velhice pobre socialmente integrada”. Pode combinar-se também com um quadro de práticas e de contactos sociais mais restrito, basicamente confinado à esfera familiar, situação que designámos “velhice pobre familiarmente enquadrada”. A quinta categoria reúne os migrantes idosos que se encontram em pior situação, aquela em que a escassez de recursos económicos se combina com a rarefação de laços sociais significativos.

Muitos migrantes laborais que envelheceram nos países de destino estão do lado da velhice pobre. Tendo tido uma vida profissional totalmente feita nos segmentos menos qualificados e mais precários do mercado de trabalho, as pensões de reforma que auferem são baixas, mais baixas do que a média dos reformados autóctones, e nessa medida a probabilidade de os migrantes laborais idosos terem uma velhice pobre é maior. Se os migrantes reformados dos países do norte da Europa têm, em média, um estatuto socioeconómico acima dos idosos autóctones, os migrantes laborais idosos têm, em média, um estatuto abaixo desse.

Não será assim quando os migrantes laborais tiveram mobilidade social ascendente. Nesses casos, que são aqueles em que se concretizaram as expectativas de promoção social que tinham à chegada, esses migrantes passaram para o lado da velhice confortável. Mas eles representarão uma parcela pequena dos migrantes laborais idosos. Nem as qualificações baixas da grande maioria deles nem as características estruturais dos segmentos do mercado de trabalho onde estiveram inseridos são particularmente favoráveis a trajetórias de mobilidade social.

Por outro lado, tendo tido ocupações profissionais pesadas e desgastantes (os chamados *3D jobs – dirty, dangerous and difficult*), os migrantes laborais idosos têm estados de saúde tendencialmente piores do que a média dos seus pares de idade, que afetam o seu quadro de vida e diminuem a probabilidade de envelhecimento ativo.

Pensando agora na questão das sociabilidades, e em como elas influenciam os tipos de envelhecimento dos migrantes, deve notar-se que, quer pelo lado da família quer pelo lado da comunidade de coétnicos, eles podem estar em configurações específicas, diferentes das que encontramos para os idosos autóctones. Em muitas populações migrantes os idosos beneficiam de “mais família” e de “mais comunidade” do que os idosos da sociedade recetora e isso contribui para o seu envelhecimento ativo. Famílias mais alargadas e laços de amizade, de vizinhança ou de associativismo com coétnicos colocam esses idosos do lado da velhice socialmente integrada. No caso dos migrantes reformados, o efeito comunidade é muitas vezes semelhante, embora não haja famílias alargadas porque se trata geralmente de uma migração em casal ou a solo.

Mas não é sempre assim. No estudo de Machado e Roldão (2010), já citado, encontraram-se homens africanos idosos que, não tendo nunca conseguido trazer a família e sem condições para regressar aos países de origem, e não tendo tão pouco contactos significativos com coétnicos, se encontravam em situações de isolamento extremo.

Diga-se, finalmente, que a localização de cada pessoa concreta no espaço tipológico da velhice migrante poderá alterar-se no tempo, embora nem todos os fluxos sejam igualmente prováveis. Um determinado evento crítico ou um processo em curso podem fazer com que, por exemplo, se passe de uma velhice pobre familiarmente enquadrada para uma velhice pobre socialmente excluída ou de uma velhice confortável socialmente ativa para uma velhice confortável isolada.

Os conteúdos deste número

Este número da Revista Migrações mantém, como os anteriores, a estrutura tripartida formada por artigos científicos, análises de boas práticas e textos de opinião.

No que se refere, em particular, aos artigos científicos, há textos nacionais e internacionais, de modo a dar ao leitor uma visibilidade alargada do fenómeno do envelhecimento das migrações e dos migrantes idosos no mundo. Assim, além dos três textos que se referem à realidade portuguesa, há um artigo sobre os migrantes idosos na Suíça e outro sobre um grupo particular de idosos de origem migrante no Brasil, os nipobrasileiros. As abordagens disciplinares seguidas nos artigos são sociológicas, antropológicas e demográficas; as metodologias utilizadas nas investigações a que os textos se referem são quantitativas e qualitativas; há leituras de natureza macro e micro; há análises históricas e comparativas; e, no que se refere especificamente aos estudos sobre Portugal, todos as populações migrantes presentes no país são abordadas, desde os migrantes laborais aos reformados do norte da Europa, passando pelas minorias intermediárias.

O texto de Claudio Bolzman e Laure Kaeser, que se refere à realidade suíça, explora a relação entre envelhecimento ativo e modos de vida dos imigrantes idosos. Na primeira parte do texto, os autores analisam o significado da noção de envelhecimento ativo e o contexto de produção dessa noção, procedendo depois à distinção entre envelhecimento ativo como noção normativa e como categoria sociológica. No entendimento sociológico do envelhecimento ativo, Bolzman e Kaeser valorizam o estudo da realidade tal como ela é vivida e percebida pelos próprios idosos e mostram que há um hiato entre essa realidade e os discursos oficiais sobre o tema. A segunda parte do texto aborda as condições de vida de migrantes idosos de origem espanhola e italiana na Suíça, as suas expectativas sobre o período de reforma e os modos como vivem o dia a dia e chama a atenção para algumas diferenças de género. Na conclusão discutem-se modos específicos de ser ativo por referência à noção de envelhecimento ativo.

O texto de Isabel Tiago de Oliveira e João Peixoto aborda os principais aspetos do envelhecimento dos imigrantes em Portugal nas últimas décadas, a partir de uma perspectiva demográfica. Adotando o duplo critério metodológico do “país de nascimento” e do “país de nacionalidade”, os autores detetam os ritmos e níveis de envelhecimento das populações migrantes ao longo do tempo e a sua variação de acordo com a proveniência geográfica. Por um lado, mostram que, sendo a imigração um fenómeno recente em Portugal, ainda há poucos migrantes idosos. Por outro lado,

concluem que há uma grande heterogeneidade interna desses migrantes. Assim, defendem que mais do que falar em envelhecimento em geral ou do que analisar globalmente o perfil etário dos migrantes idosos, interessa discriminar diferentes grupos de migrantes idosos.

O artigo de Ruxandra Oana Ciobanu defende também a tese da diversidade e identifica cinco tipos de migrantes idosos em Portugal, analisando diferentes aspetos da sua vida, como os rendimentos, as condições de habitação, a sua relação com os apoios estatais, a sua qualidade de vida e as perspetivas de regresso aos países de origem. Tal como Bolzman e Kaeser, Ciobanu refere-se a questões de género e aponta diferenças entre migrantes idosos e migrantes idosas. Antes disso, a autora coloca genericamente a questão do envelhecimento ativo dos migrantes nos países ocidentais e sublinha que estes países, que começaram por recorrer à imigração também por razões relacionadas com o seu envelhecimento demográfico, assistem agora ao envelhecimento dos próprios migrantes. O texto discute ainda conceitos e aspetos metodológicos relacionados com o estudo empírico deste tema.

O artigo de Bárbara Bäckström resulta de um estudo que analisou a relação entre condições socioeconómicas, saúde e envelhecimento ativo. São identificadas as práticas relacionadas com o envelhecimento ativo, a relação com a saúde, as estratégias utilizadas nesse envelhecimento e os seus determinantes. Através de uma metodologia qualitativa, Bäckström estudou dois grupos socioeconómicos de idosos de origem cabo-verdiana radicados em Portugal, num total de 22 entrevistados, de ambos os sexos. A autora mostra que a condição socioeconómica interfere diretamente nas questões do envelhecimento ativo. No grupo de estatuto mais elevado a condição socioeconómica determina o envelhecimento ativo mais do que as questões de saúde. No grupo de estatuto mais baixo a condição socioeconómica atua a par das condições de saúde, determinando ambas as atividades que os idosos podem desenvolver.

Finalmente, o artigo de Patrícia Tamiko Izumi, que estuda idosos de origem japonesa há muito radicados no Brasil, mais concretamente em São Paulo, depois de um enquadramento histórico sobre a imigração japonesa para aquele país, mostra como a comunidade japonesa se preparou para o envelhecimento dos seus membros, com a construção e manutenção de casas de repouso, bem como a dinamização de associações que desenvolvem uma pluralidade de atividades dedicadas aos mais velhos. Adotando o modelo teórico de John Berry sobre os processos de aculturação de migrantes, a autora faz depois a análise de vários haikus, pequenos poemas escritos por idosos, e através deles conclui que os idosos nipobrasileiros, a par de uma aculturação de décadas à sociedade brasileira, retêm determinados elementos da cultura japonesa.

A secção de boas práticas inclui cinco textos de natureza muito diferente, que permitem uma perspetiva abrangente sobre o que se faz neste domínio. Cristina Casas identifica e reflete sobre as medidas para migrantes idosos previstas no mais recente Plano para a Integração dos Imigrantes; Cristina Roldão seleciona uma associação frequentada sobretudo por migrantes cabo-verdianos idosos e mostra como as atividades aí desenvolvidas contribuem para o envelhecimento ativo desses migrantes;

Eileen England, uma reformada inglesa radicada no Algarve, conta a sua história pessoal, bem como as iniciativas associativas e de convivialidade social que tem organizado ao longo dos anos destinadas a outros migrantes europeus da região; finalmente, Maria Virgínia Neto apresenta o trabalho que a associação PROSAUDESC tem feito na região de Lisboa com migrantes idosos de origem africana.

O número fecha com testemunhos informados de três académicos e investigadores – António Fonseca, Beatriz Padilla e Maria João Valente Rosa – que se têm destacado no estudo das migrações e do envelhecimento demográfico ou de ambos os fenómenos, a partir de diferentes perspetivas disciplinares.

Cumpre-me fechar esta introdução com um agradecimento ao Observatório da Imigração, na pessoa da Dra. Catarina Reis de Oliveira, pelo convite que me dirigiu para organizar este número da Revista Migrações e aos autores dos artigos, dos relatos de boas práticas e dos textos de opinião por terem tão amavelmente acedido a dar o seu valioso contributo para este trabalho coletivo.

Referências Bibliográficas

- Aggoun, A. (2002), "Envelhecimento e imigração: o caso das mulheres kabyles em França", *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, n.º 4, pp. 21-41.
- Avramov, D. e Maskova, M. (2003), *Active Ageing in Europe*, Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Barros, M. M. (2006), "Trajetórias dos estudos de velhice no Brasil", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 52, pp. 109-132.
- Bolzman, C., Fibbi, R. e Vial, M. (2006), "What to do after retirement? Elderly migrants and the question of return", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, n.º 8, pp. 1359-1375.
- Casanova, J. L., Alvarenga, F., Matos, G. e Lucas, J. (2001), *Quadros Sociais de Envelhecimento*, Lisboa: CIES-ISCTE e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Jovelin, E. (2003), "Le dilemme des migrants âgés : entre le désir du retour et la contrainte d'une vie en France", *Pensée Plurielle*, n.º 6, pp. 109-117.
- Machado, F. L. e Roldão, C. (2010), *Imigrantes Idosos. Uma Nova Face da Imigração em Portugal*, Lisboa : Observatório da Imigração /ACIDI.
- Marques, M. M. e Ciobanu, R. O. (2012), *Migrantes Idosos em Portugal*, Cascais : Principia.
- Mauritti, R. (2004), "Padrões de vida na velhice", *Análise Social*, n.º 171, pp. 339-363.
- Peixoto, J., Carrilho, M.J., Branco, R. e Carvalho, R. (2002), "The demographic characteristics of populations with an immigrant background in Portugal", in Haug, W., Compton, P. e Courbage, Y. (eds.), *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*, Estrasburgo: Council of Europe Publishing, pp. 363-418.
- Portes, A. (2000), "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 133-158.
- Rosa, M. J.V., Seabra, H. e Santos, T. (2004), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

- Témime, É. (2001), "Vieillir en émigration", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.17, n.º 1, pp. 37-54.
- Warnes, A. M. e Williams, A. (2006), "Older migrants in Europe: a new focus for migration studies", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, n.º 32, pp. 1257-1281.
- White, P. (2006), "Migrant populations approaching old age: prospects in Europe", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, n.º 8, pp. 1283-1300.